

A PERSPECTIVA HISTÓRICA E POLÍTICA DO TOTALITARISMO EM HANNAH ARENDT

Lillya Rhanna Silva Pereira¹⁰⁸

Resumo: O presente artigo pretende analisar a dupla abordagem metodológica de Hannah Arendt acerca do totalitarismo. Em *Origens do totalitarismo*, especificamente a III parte da obra, Arendt apresenta duas perspectivas do totalitarismo, uma histórica e outra política, essa abordagem é justificada pela autora, para ela, a concepção da tradição, do pensamento político tradicional, compreendia o totalitarismo como mais uma forma de governo exageradamente autoritário. Essa visão, representa para Arendt, um preconceito face à política, este preconceito, tem início no julgamento e condenação de Sócrates, marcando a postura inicial do filósofo para com a política, sob a qual, está presente em todo o fio condutor da tradição. Ao analisar essa dupla abordagem, encontramos a crítica que Arendt tece à tradição e sua compreensão que o totalitarismo é uma forma inédita de governo e que promove a suspensão da política e a aniquilação de indivíduos. Partindo da metodologia hermenêutica, este artigo pretende traçar a compreensão de Arendt sobre esse fenômeno político, destacando a maneira pela qual ela orienta seus pensamentos e escritos é, em parte, influenciado pela atividade de compreensão outra pela tradição hermenêutica. Assim, a obra *Origens do totalitarismo*, é o ponto de partida deste artigo, bem como a tese de doutorado de Lucas Barreto: *Os métodos de Hannah Arendt [manuscrito]: uma moldura a partir da fenomenologia, da filosofia da existência e da hermenêutica*. Para tanto, este artigo pretende sustentar a ideia de que ao analisar o regime totalitário, Arendt possui uma concepção fenomenológica e hermenêutica de metodologia.

Palavras-chave: Hannah Arendt. Hermenêutica. Fenomenologia. Política. Totalitarismo.

Abstract: This article aims to analyze Hannah Arendt's dual methodological approach to totalitarianism. In *Origins of Totalitarianism*, specifically the third part of the work, Arendt presents two perspectives of totalitarianism, one historical and the other political, this approach is justified by the author, for her, the conception of tradition, of traditional political thought, understood totalitarianism as another form of exaggeratedly authoritarian government. This

¹⁰⁸ Licenciada em Filosofia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e mestranda em Filosofia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). E-mail: Lillyarhanna@gmail.com

view, for Arendt, represents a prejudice against politics, this prejudice, begins with the trial and condemnation of Socrates, marking the philosopher's initial stance towards politics, under which he is present in the entire thread of tradition. By analyzing this dual approach, we find Arendt's critique of tradition and her understanding that totalitarianism is an unprecedented form of government and that it promotes the suspension of politics and the annihilation of individuals. Starting from the hermeneutic methodology, this article intends to trace Arendt's understanding of this political phenomenon, highlighting the way in which she orients her thoughts and writings is, in part, influenced by the activity of understanding and other by the hermeneutic tradition. Thus, the work *Origins of totalitarianism* is the starting point of this article, as well as Lucas Barreto's doctoral thesis: *The methods of Hannah Arendt [manuscript]: a framework from phenomenology, philosophy of existence and hermeneutics*. To this end, this article intends to sustain the idea that when analyzing the totalitarian regime, Arendt has a phenomenological and hermeneutic conception of methodology.

Keywords: Hannah Arendt. Hermeneutics. Phenomenology. Policy. Totalitarianism.

Introdução

Este artigo pretende apresentar a dupla abordagem que Arendt estabelece acerca do totalitarismo, a histórica e a política. Essa dupla acepção do conceito é justificada por Arendt tendo em vista a concepção da tradição sobre o regime totalitário, pois é em parte decorrente de um preconceito para com a política que marca todo o fio condutor dessa tradição, por outro lado, no pensamento arendtiano, o totalitarismo representa uma ruptura com a tradição, do pensamento político ocidental, isto é, com as categorias de pensamento e os padrões de julgamento consolidados por essa mesma tradição. Disso, é fundamental compreender a crítica que a autora faz ao pensamento tradicional, para então, entender a razão pela qual ela se distancia da concepção da tradição acerca do totalitarismo. Essa última parte é a mais importante para este artigo, pois é a partir desse distanciamento que encontramos a maneira que Arendt direciona sua metodologia ao investigar o fenômeno totalitário: a fenomenológica e a hermenêutica.

O presente artigo é estruturado nas análises das obras políticas de Hannah Arendt, a saber: *Origens do totalitarismo*, *A condição humana* e *A dignidade da política*, pretendo traçar a compreensão da autora acerca desse regime político do século XX, bem como se dá a

fundamentação teórica metodológica da autora, para isso, nos valem da tese de doutoramento de Lucas Barreto: *Os métodos de Hannah Arendt [manuscrito]: uma moldura a partir da fenomenologia, da filosofia da existência e da hermenêutica*, a fim de evidenciar que em sua dupla abordagem, isto é, a política-histórica do totalitarismo, encontramos nela a metodologia fenomenológica e a hermenêutica.

Entretanto, é interessante notar que apesar de Arendt ser diretamente influenciada pela tradição, especialmente a alemã, sob as influências de Husserl, Heidegger e Karl Jaspers, notamos também que ela se distancia na medida em que nota, exclusivamente em Heidegger e em parte da tradição filosófica, um preconceito para com a política. Este preconceito, por sua vez, é apontado por ela em todo o fio condutor da tradição, evidenciando então, uma separação entre filosofia e política, filósofo e *pólis*. O fio condutor da tradição tem seu início no julgamento e morte de Sócrates, e como consequência “o desprezo de Platão pela política, sua convicção de que ‘os assuntos e as ações dos homens não merecem ser levados muito a sério’” (Arendt, 2021, p. 70). Nesse sentido, o pensamento político tradicional marca a postura inicial do filósofo em relação à política, já o fim dessa tradição pode ser pensado a partir do momento em que Marx desafiou os valores da tradição, invertendo-os. Assim, primeiramente em Platão houve o afastamento do filósofo dos assuntos políticos, por considerá-los inadequados e perigosos. Contudo, por questões metodológicas, o que nos importa para este artigo é a crítica que Arendt faz à tradição, a essa postura e o problema da ruptura do totalitarismo com a tradição, porque retoma sua maneira de compreensão, o desvinculamento do pensamento tradicional e “do seu arcabouço teórico-metodológico para nos reconciliar com o mundo” (DIAS, 2022, p. 149).

Dessa forma, este artigo está assentado em três pilares: 1) apresentar a concepção da tradição acerca do regime totalitário e por conseguinte a crítica de Arendt; 2) destacar a abordagem histórica-política que Arendt adota para defender o ineditismo do totalitarismo; e 3) evidenciar que essa abordagem tem como método de análise a fenomenologia e a hermenêutica. Além disso, se tem como questão norteadora: por que para Arendt o pensamento político tradicional não conseguiu dar conta em explicar o totalitarismo? Essa questão é a chave principal para entender como a compreensão enquanto atividade é, para ela, reflexiva, interminável e capaz de atribuir sentidos e significados diante de um evento novo e sem precedentes que é o totalitarismo.

Em *Origens do Totalitarismo*, Arendt investigou, sob uma dupla abordagem metodológica, os regimes totalitários: a histórica e a política. Na perspectiva histórica, ela busca salientar qual o contexto histórico que deu origem ao regime de Hitler: a modernidade; destacando também suas causas, dentre elas, a crise política e da autoridade. Por outro lado, a perspectiva política, Arendt esclarece quanto à originalidade destes regimes, revelando suas características e razões pelas quais não podem ser considerados ditadura, por exemplo. Ambas as perspectivas, segundo a pensadora, sendo o totalitarismo a ruptura com as categorias de pensamento e os padrões de julgamento consolidadas pela tradição, é preciso compreendê-lo sem a “ajuda” dessas categorias, uma vez que o advento dos regimes totalitários rompe com elas e, simultaneamente, a possibilidade de compreender esses regimes sob essas mesmas categorias. Disso, a tese de que o totalitarismo é mais uma forma de autoritarismo é um equívoco para Arendt, pois, dado que ao romper com essas categorias políticas, seria viável pensá-lo a partir delas?

A crítica de Arendt ao pensamento político tradicional

Em 1951 foi lançada a obra *Origens do Totalitarismo*, sua origem se deu a partir do horror que Arendt tomou conhecimento: os campos de concentração do regime nazista de Hitler. Segue-se, então, que da experiência vivida, de um acontecimento, emerge o pensar, pois para Arendt estar vivo e pensar são a mesma coisa, coincidem¹⁰⁹. Nessa obra, ela busca compreender o que aconteceu e sob qual contexto histórico se passou a modernidade, a crise política e da autoridade. Nela, Arendt destacou que os regimes totalitários representam a ruptura com as categorias políticas conhecidas, argumentando que não são regimes que se enquadram nas formas de governo preconcebidas pela tradição de pensamento, isto é, a tese de que são, na verdade, mais uma forma de ditadura, tirania ou autoritarismo. Em contramão a essa perspectiva, Arendt defende que os regimes totalitários são uma forma de governo inteiramente nova e inédita no cenário político e promoveram uma ruptura das estruturas políticas tradicionais¹¹⁰: “sempre que galgou o poder, o totalitarismo criou instituições políticas

¹⁰⁹ ARENDT, Hannah. *A vida do espírito: o pensar, o querer, o julgar*. 7ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

¹¹⁰ JARDIM, Eduardo. *Hannah Arendt: pensadora da crise e de um novo início*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

inteiramente novas e destruiu todas as tradições sociais, legais e políticas do país” (ARENDR, 2012, p. 611). De maneira resumida, ao discordar da tese de que o totalitarismo é somente mais uma forma de autoritarismo, pretendia Arendt se distanciar de mais um preconceito e visão distorcida acerca da política. Outra tese acerca do totalitarismo, e mais importante para este trabalho, é apresentada em *Compreensão e Política*: “muitos dizem que não se pode lutar contra o totalitarismo sem compreendê-lo” (ARENDR, 1993, p. 39), para ela, isso é um equívoco.

A fim de entender o porquê de Arendt considerar um equívoco tratar o totalitarismo como um mal que ao ser compreendido pode-se impedir de acontecer novamente, ou melhor: ao compreendê-lo podemos finalmente derrotá-lo, se faz imprescindível definir o que é a compreensão:

Distinguindo-se da informação correta e do conhecimento científico, a compreensão é um processo complexo, que jamais produz resultados inequívocos. Trata-se de uma atividade interminável, por meio da qual, em constante mudança e variação, aprendemos a lidar com nossa realidade, reconciliamo-nos com ela, isto é, tentamos nos sentir em casa no mundo (Arendt, 1993, p. 39).

O que Arendt se questiona é: como é possível a compreensão que possui como características principais ser uma atividade interminável e que não produz resultados finais, assumir-se como uma arma na luta contra o totalitarismo? E Além disso, sendo o totalitarismo carregado de originalidade que escapa das teorias políticas tradicionais, representando uma ruptura com tudo que até então era conhecido por essa tradição política, sob a qual “nenhum paralelo histórico é capaz de atenuar” (Arendt, 1993, p. 41), tendo como compreensão preliminar o equívoco de ser tratado como mais uma tirania, ditadura e autoritarismo, ter como a chave de “superação” a compreensão? Essas questões, levantadas por Arendt, podem ser um caminho para compreender parte de seu pensamento e do seu arcabouço metodológico.

É bastante comum encontrarmos nas obras de Hannah Arendt as críticas que ela faz à denominada tradição, ou melhor, ao pensamento político tradicional. Pode parecer contraditório o fato dela ser descendente de uma tradição, da filosofia alemã, e possuir influências diretas dessa tradição, de Husserl, Heidegger e Karl Jaspers, e mesmo assim, em seu pensamento sua crítica à tradição aparece substancialmente em boa parte de seus escritos. Diante disso, ao se desvincular do “mundo dos filósofos” Arendt precisava, então, salvaguardar algo dessa mesma tradição que pudesse iluminar os tempos sombrios; por outro lado, se desvincular dela significa, para ela, sermos capazes de abrir espaço para algo inteiramente novo. O que soa paradoxal fica um pouco mais claro na seguinte passagem:

Há outra coisa que Draenos trouxe à tona... “pensar sem fundamento”. Tenho uma metáfora que não é tão cruel, e que nunca publiquei, mas guardei para mim mesma. Eu a chamo de pensar sem corrimão. Em alemão, *Denken ohne Geländer*. Ou seja, à medida que você sobe e desce os degraus, sempre pode segurar no corrimão para não cair. Mas nós perdemos esse corrimão. É assim que digo a mim mesma. E é isso, de fato, o que tento fazer. (ARENDDT, 2021, p. 11)

A passagem acima esclarece dois pontos: 1) o corrimão a que ela se refere é a tradição. 2) a tradição foi perdida através da ruptura promovida pelo advento dos regimes totalitários. Tendo em vista essa ruptura, é preciso, então, pensar sem recorrer ao corrimão, uma vez que o perdemos. Jerome Kohn oferece a compreensão de que ao criticar a tradição, Arendt pretende abrir espaço para uma reformulação da política, ou melhor, para uma “nova compreensão da política como tal” (2008, p. 26), e essa reformulação se deve ao fato de como essa tradição encara os assuntos humanos. A crítica que Arendt faz nos importa porque é a partir daí que percebemos com Arendt que a tradição filosófica ocidental possui uma “consistente e perturbadora hostilidade em relação à liberdade política de expressão e de ação” (HAYDEN, 2020, p. 17). Dessa forma, ao tratar do totalitarismo, Arendt nota que a tese central da tradição acerca dos regimes totalitários reforçava um preconceito para com a política, pois, sob a ótica da tradição, o totalitarismo era mais uma forma de governo exageradamente autoritária e tirânica. Eduardo Jardim em *Hannah Arendt: pensadora da crise e de um novo início*, esclarece que a compreensão geral acerca do totalitarismo evidenciava um preconceito com a política, a tal ponto que se estabelecia uma separação entre liberdade e política:

A opinião geral era de que nos países totalitários o Estado havia assumido uma dimensão monstruosa que oprimia todas as esferas da vida. E, uma vez que o Estado era visto como a sede da política, um forte ressentimento contra ela brotava naturalmente entre a população. Não era verdade que todas as formas de liberdade – de culto, de expressão e de pensamento, de associação de qualquer tipo e, no caso soviético, de trocas econômicas – haviam sido banidas no totalitarismo? Era preciso, então, proteger, em toda parte, essas liberdades contra o Estado, o que significava defendê-las da política. (JARDIM, 2011, p. 73)

Essa é uma das justificativas de Arendt ao pensar o totalitarismo na contramão da tradição, porque, segundo ela, “utiliza-se totalitarismo para denotar a ânsia pelo poder, a vontade de dominar, o terror e a chamada estrutura estatal monolítica” (JARDIM, 2011, p. 73), quer dizer, segundo a tradição de pensamento, o totalitarismo era tratado como um mal da política, o que para Arendt era sua aniquilação, pois:

Se é verdade contudo que estamos diante de algo que destruiu nossas categorias de pensamento e os padrões de nosso juízo, não será um caso perdido a tarefa de compreender? Como podemos medir o comprimento se não temos um metro? Como contar as coisas sem ter números? Talvez seja absurdo pensar que qualquer coisa que nossas categorias não estejam equipadas para compreender possa chegar a acontecer.

Talvez devamos nos resignar à compreensão preliminar, que logo situa o novo em meio ao antigo, e ao enfoque científico, que se segue a essa compreensão, deduzindo metodicamente o que não tem precedentes de precedentes, mesmo quando tal descrição do novo fenômeno esteja verificavelmente em desacordo com a realidade (ARENDR, 1993, p. 44).

Constatamos que, mais uma vez, Arendt evoca a questão, dado que o totalitarismo rompe com as formas usuais de pensar, como seria possível ter a compreensão preliminar desse regime a partir da tradição?

Esse preconceito em relação à política é predominante em todo o fio condutor da tradição, do seu início ao seu fim e até mesmo em sua ruptura. O pensamento tradicional político tem seu início nas ideias de Platão e Aristóteles, e o seu fim com o pensamento de Marx, por outro lado, a ruptura, na ascensão do totalitarismo. O fio condutor da tradição marca uma hierarquia entre a *vita contemplativa* e a *vita activa*, constatando uma superioridade da contemplação ante à ação, e também do conflito entre o filósofo e a política.

A *vita contemplativa* historicamente considerada pela tradição filosófica superior, e em decorrência dessa compreensão, as atividades da *vita activa* são consideradas por aqueles que se dedicam à quietude do pensar, isto é, o filósofo, desinteressantes, inferiores e que conduziam inevitavelmente ao erro. Esse desinteresse pelo âmbito político e pelas relações humanas, promoveram o afastamento do filósofo do mundo das aparências e a se dedicarem ao mundo das ideias. Disso, na tradição, Arendt nota que o conceito *vita activa* foi progressivamente deixado de lado, pois não se equiparava à contemplação da beleza e quietude do *kosmos*. No entanto, cabe destacar que essa oposição entre ação e contemplação, que têm início na Antiguidade, não desabilita a concepção greco-romana de que a organização política era assunto recorrentemente debatido por muitos filósofos daquele período, mas é válido frisar, de antemão, que partia de uma suposição que esses assuntos eram inferiores e estavam no campo da necessidade e não da liberdade, como compreende Arendt.

Dessa forma, Arendt nos indica que, ao traçarmos o fio condutor da tradição e analisarmos como a política e os assuntos humanos são abordados, o que se destaca é a primazia da contemplação diante de todas as outras atividades humanas, dentre elas, a ação política. Posto isso, essa é a direção em que a crítica de Arendt se sustenta, pois, de um lado tem-se que toda a tradição filosófica marca um preconceito em relação à política, segue-se que esse preconceito será reforçado na tentativa de compreender o totalitarismo, por outro lado, mesmo que recorresse à compreensão da tradição, tal tentativa seria em vão, pois:

O fio de nossa tradição, no sentido da continuidade histórica, rompeu-se apenas com a emergência das instituições e políticas totalitárias, que já não podiam ser compreendidas por meio das categorias do pensamento tradicional. Essas instituições e políticas sem precedentes estabeleceram crimes que não podem ser julgados pelos tradicionais parâmetros morais ou punidos dentro da estrutura legal existente de uma civilização cuja pedra angular havia sido o mandamento não matarás (ARENDR, 2021, p. 41).

Diante dessas instituições políticas totalitárias, Arendt se viu obrigada a desvincular-se do *âmbito dos filósofos*, do corrimão da tradição para, então, fazer uma nova reformulação da política, tendo que encontrar na própria tradição, os *tesouros* que ficaram perdidos no passado. Embora encontremos Arendt sendo crítica à tradição, quando o fio condutor da tradição é rompido surge o problema da incapacidade em acessar o passado com o que interveio da tradição, para ela, justifica-se a necessidade crítica em dismantelar essa tradição ao ponto de recuperar o que foi perdido no passado e que possa iluminar os tempos mais difíceis. Assim, a reformulação de Arendt se encaminha para uma concepção política fenomenológica e hermenêutica: o papel da distinção e da compreensão.

O método fenomenológico em Arendt: a distinção e o ineditismo do totalitarismo

O método fenomenológico em Arendt possui influências de Husserl e Heidegger, contudo, o que Lucas Barreto (2019) esclarece é que, embora Arendt tenha essas influências, é difícil afirmar que ela possua uma metodologia filosófica ou um sistema filosófico estrito, mas ao “perceber sua dimensão fenomenológica nos ajuda a melhor entender a busca por uma nova moldura para o pensar e para a política” (2019, p. 58). Isso posto, ao traçar a dimensão fenomenológica presente no escopo de seus escritos, pretende-se, então, elucidar a maneira pela qual ela aborda os conceitos políticos e, aqui em específico, o totalitarismo.

Essa nova moldura é percebida na maneira pela qual Arendt faz distinções. Antes de entrar em que consistem essas distinções, convém apontar e reforçar a crítica que Arendt faz ao pensamento político tradicional, pois, ao final, se compreendermos as justificativas que ela utiliza para não pensar o totalitarismo sob as categorias legadas pela tradição, assim como a ruptura dessas categorias promovida pelo regime, entenderemos o seu método de fazer distinções.

As razões pelas quais Arendt é crítica da tradição são muitas, destaco três delas: 1) O fio condutor da tradição é marcado por um embate entre filosofia e política, do conflito entre o

filósofo e a política, de tal modo que a política era assumida como um modo de vida inferior; 2) A tradição possui a compreensão de que o totalitarismo é mais uma forma deturbada de governo tirânico ou ditatorial, e essa concepção, para Arendt, é sustentada por um preconceito contra a política e a reforça; 3) O totalitarismo, segundo ela, representa a ruptura com o pensamento político tradicional, representando também, uma forma inédita de governo no cenário político. Entretanto, na presente parte, focarei em apresentar a terceira justificativa, tendo em vista que ela representa a perspectiva política de abordagem acerca do totalitarismo que Arendt adota.

Nessa abordagem, o método fenomenológico de Arendt consiste em fazer distinções, e, nesse caso, distinções sobre o regime político cristalizado na modernidade: o totalitarismo. Arendt começa sua argumentação explicitando suas razões em considerar o regime genocida sob categorias inteiramente novas, pois os crimes cometidos nos campos de concentração representam um colapso de todas as categorias concebidas mediante a tradição que, segundo Rensmann, “demandou novas categorias de análise, entendimento, e até experimentos com uma nova epistemologia. O totalitarismo rompeu o *continuum* de nossa história” (2020, p. 119), portanto, ao distinguir o totalitarismo das outras formas de governo, Arendt pretende analisá-lo da maneira em que se apresenta e sob a novidade que carrega, ou seja, enfatizando que se distingue das formas de governo tradicionais, sejam governos de natureza boa ou má, legal ou ilegal, arbitrário ou ilegítimo.

Além do mais, essa distinção promovida por Arendt contraria, ainda de acordo com Rensmann:

Perspectivas tipológicas dominantes, que se espelham no senso comum, enxergam o totalitarismo como uma ditadura de partido único, que exercita uma “impiedosa” e maquiavélica forma de política de poder que utiliza os modernos meios de propaganda, comunicação, tecnologia e repressão para controlar a sociedade – ou mais precisamente, todos os aspectos da vida social (2020, p. 122).

O senso comum da época em que Arendt escrevia determinava que o totalitarismo era uma tirania e/ou ditadura exageradamente autoritária e para Arendt isso significava uma má compreensão da essência daquele regime. Em vista disso, ela recorre as mais variadas concepções de governos legados pela tradição para apontar e distinguir substancialmente as diferenças entre o totalitarismo e os que são desprovidos de uma natureza boa de governo. Neste trabalho, apresentaremos as distinções que Arendt estabelece, enfatizando as razões que a levam a desconsiderar que o regime genocida seja uma ditadura e/ou uma tirania.

Segundo Arendt, o totalitarismo não pode ser considerado uma ditadura convencional, e essa é a sua primeira distinção, pois embora possa surgir de uma ditadura, difere desta, na medida em que “todo o poder verdadeiro é investido nas instituições do movimento, fora da estrutura do Estado e do Exército” (ARENDR, 2012, p. 559) e do partido.

Enquanto ditaduras convencionais são definidas pelo mando arbitrário a serviços dos interesses de poder de um ditador ou partido, que emprega um sistema de terror contra a população, sob o regime totalitário o ditador, e até o partido, são guiados e subordinados àquelas leis ideológicas supra-humanas – os meios para o fim: uma ideologia universalmente abrangente, determinante da vida humana (RENSMANN, 2020, p.123).

Por outro lado, o totalitarismo não se enquadra em uma tirania, dado que o poder não é arbitrário, mas obedece a forças sobre-humanas (as leis da natureza ou da história), e também não é exercido por um só homem, pois, nele se estaria disposto a sacrificar todos em função dessas mesmas leis. Elas, em contrapartida, são ideologias totalizantes que operam sob uma lógica “que se dizem aptas a explicar todas as coisas e cada ocorrência, deduzindo-as de uma premissa singular que substitui e destrói todas as relações sociais” (RENSMANN, 2020, p. 123), ao passo que ao destruir essas relações, isola o homem do contato com a própria realidade.

Isso exposto, ao distinguir o totalitarismo das formas de governos cuja compreensão é tradicional, Arendt objetivava destacar que os pilares em que essas formas de governos são concebidas, isto é, lei e poder, são rompidos no totalitarismo; o que designa lei sob um tal regime, são as ideologizantes leis da Natureza ou da História. Enquanto o poder é o constante movimento das massas. Além do mais, se tratando da essência dos governos tradicionais, podem ser boas ou más, mas, quanto ao totalitarismo, em específico, sua essência é o terror disseminado nos campos de concentração.

A perspectiva política do totalitarismo, de abordagem fenomenológica, se apresenta na maneira que Arendt faz distinções e examina o fenômeno totalitário tal qual ele aparece e o ineditismo que carrega. É um regime novo porque rompe as categorias convencionais de governo e é inédito por ser sem precedentes. A ênfase em distinções se deve porque ao tratá-lo como mais uma tirania ou ditadura, transparece ser um regime menos ruim ou menos perigoso. E, com isso, Arendt nos alerta que de sua má compreensão corremos o risco de não perceber o quão perigoso o totalitarismo é, em vista disso, uma verdadeira compreensão é fundamental. A compreensão é, para Arendt, um modo pela qual nos reconciliamos “com um mundo em que o totalitarismo foi possível” (DIAS, 2023, p. 157).

O método hermenêutico em Arendt: a compreensão e a reconciliação com o mundo

No ensaio *Compreensão e Política*, Arendt questiona o que era senso comum de sua época: “que não se pode lutar contra o totalitarismo sem compreendê-lo” (1993, p. 39), ela indica que se assim fosse, tudo estaria perdido. A busca por compreensão é notável em Hannah Arendt, não só em seu pensamento, mas como uma outra face da ação, atrelado ao seu modo de ser. Em 1964 Arendt participou de uma entrevista, nela, o entrevistador Günter Gaus lhe questiona sobre a influência do que ela escreve para as pessoas, ao que responde: “Para mim, o importante é compreender. Para mim, escrever é uma questão de procurar essa compreensão, parte do processo de compreender [...]” (ARENDR, 2008a, p. 33). O que seria a compreensão para Arendt? Encontramos essa resposta na obra *A Dignidade da Política*, especificamente em *Compreensão e Política*, nela Arendt se indaga acerca da possibilidade em tomar a compreensão como uma arma contra o totalitarismo, assumindo uma posição contrária ao que era estabelecido pela tradição de pensamento, pois

Tudo o que sabemos sobre o totalitarismo indica uma terrível originalidade, que nenhum paralelo histórico é capaz de atenuar. Só podemos escapar de seu impacto se optamos por desviar nossa atenção da sua própria natureza, deixando-a fugir para as intermináveis conexões e semelhanças que certos princípios da doutrina totalitária necessariamente apresentam com relação a teorias conhecidas do pensamento ocidental. É impossível ignorar tais semelhanças. Na esfera da teoria pura e dos conceitos isolados, pode ser mesmo que não haja absolutamente nada de novo; tais semelhanças desaparecem por completo, entretanto, tão logo abandonam-se as formulações teóricas e parte-se para aplicação prática. Não é porque alguma “ideia” nova veio ao mundo que a originalidade do totalitarismo é terrível, mas sim porque as próprias ações desse movimento constituem uma ruptura com todas as nossas tradições; elas claramente destruíram as categorias de nosso pensamento político e nossos padrões de juízo moral (ARENDR, 1993, p. 41).

Apesar de Arendt ser contrária a noção de pensamento ao compreender o totalitarismo podemos lutar contra ele, não implica afirmar que ela não seja uma atividade necessária em face da luta contra este regime, não no sentido de batalha, mas antes “conferir-lhe sentido e produzir uma nova desenvoltura no espírito e no coração humanos, uma desenvoltura que provavelmente só será completa depois de vencida a batalha” (ARENDR, 1993, p. 41-2). Quer dizer, dado que a compreensão é uma atividade interminável, não produz resultados finais, e ao conferir-lhe princípios utilitários assume-se como uma atividade sob a qual se constroem armas contra o inimigo. Contudo, isso não implica afirmar que não seja uma atividade necessária em face do regime totalitário, mas a “tentativa de não permitir que uma mentalidade totalitária tome de assalto o mundo” (ANDRADE, 2013, p. 47).

Jerome Kohn, professor da New School for Social Research, na introdução da obra *Compreender: formação, exílio e totalitarismo*, escreveu:

Fato incontestável, porém, é que, do começo ao fim, ela [Arendt] sempre sentiu uma atração irresistível pela atividade de compreender, uma atividade mental circular e interminável cuja principal significação, para ela, consistia mais no próprio exercício que nos resultados. Arendt teve inúmeras ideias e opiniões, naturalmente; estabeleceu novas distinções, contribuiu com novos conceitos e alterou antigas categorias do pensamento político tradicional. [...], mas, ao contrário da maioria dos pensadores políticos, seu principal interesse não era solucionar problemas; para ela, suas incessantes tentativas de compreender não eram “instrumentais”, não mais do que a própria vida, pois o pensar – o compreender, conferir significado a um acontecimento – era um compromisso íntimo, solitário e privado (ARENDR, 2008, p. 8-9).

A atividade de compreender é, portanto, uma forma íntima de “reconciliarmo-nos com o mundo”, conferindo sentido e fazendo uma morada nele. Isso exposto, torna-se mais claro as razões de Arendt não considerar o totalitarismo a partir da perspectiva da tradição e também discordar em relação aos fins de instrumentalização da atividade de compreensão, tendo em vista que, o pensamento tradicional ao considerar o totalitarismo como mais uma forma deturpada de governo, ignora a originalidade do regime e reforça uma certo preconceito para com a política, de tal forma que a compreensão preliminar que se tem do regime é que, na verdade, se trata só de mais um regime político que restringe as liberdades e não o fim da política, dado que, para Arendt, o sentido da política é a liberdade. Além disso, esse é motivo de Arendt não considerar a compreensão uma forma de lutar contra o regime, pois a compreensão preliminar da tradição acerca do totalitarismo é equivocada:

Conhecimento e compreensão não são a mesma coisa, mas interligam-se. A compreensão baseia-se no conhecimento e o conhecimento não pode se dar sem que haja uma compreensão inarticulada, preliminar. A compreensão preliminar aponta o totalitarismo como tirania, determinando que, ao lutarmos contra ele, lutamos pela liberdade. E, de fato, quem não se deixa mobilizar nesse nível não pode ser mobilizado de modo algum. Mas muitas outras formas de governo negaram a liberdade, se bem que nunca de uma maneira tão radical quanto os regimes totalitários. Uma compreensão preliminar, por mais rudimentar e até mesmo irrelevante que possa, no final das contas, mostrar, será, entretanto, certamente mais eficaz para impedir as pessoas de aderir ao movimento totalitário do que as mais confiáveis informações, a mais sensível análise política, o conhecimento acumulado mais abrangente (ARENDR, 1993, p. 42).

Embora Arendt não defenda o uso instrumental da atividade de compreensão, todavia acredita que a compreensão preliminar acerca do totalitarismo pode desempenhar um papel crucial “em impedir as pessoas de aderir ao movimento totalitário” (ARENDR, 1993, p.); ou seja, a compreensão aqui empreendida por Arendt é como se tivéssemos uma bússola que nos orienta no mundo, engajando o espírito humano a reconciliar-se com o mundo.

Se a essência de toda ação, e em particular a da ação política, é fazer um novo começo, então a compreensão torna-se o outro lado da ação, a saber, aquela forma de cognição, diferentes das muitas outras, que permite aos homens de ação (e não aos que se engajam na contemplação de um curso progressivo ou amaldiçoado da história), no final das contas, aprender a lidar com o que irrevogavelmente passou e reconciliar-se com o que inevitavelmente existe (ARENDR, 1993, p. 52).

Diante disso, a atividade de compreensão aparece como uma forma de reconciliação com o mundo, ao atribuir sentido ao que aconteceu, acontece e acontecerá, pois se trata de uma atividade interminável e intrinsecamente ligada a singularidade humana e de sua maneira de se relacionar com o mundo, fazendo dele sua morada. É precisamente dessa reconciliação com o mundo que se estabelecesse essa morada e lhe confere sentidos. Portanto, para Arendt, é também um diálogo: “a compreensão se assemelhe à filosofia, cujos grandes pensamentos sempre giram em círculos, engajando o espírito humano em algo que não passa de um interminável diálogo entre ele mesmo e a essência de tudo o que é” (ARENDR, 1993, p. 52).

Nessa parte do artigo, buscarei apresentar o porquê de Arendt pensar assim, em seguida, o que ela denomina por compreensão, e finalmente, apresentar que na perspectiva histórica do totalitarismo Arendt utiliza o método hermenêutico.

Retomando, fazer distinções é o método fenomenológico que Arendt adota para enfatizar a novidade do totalitarismo. A distinção, por sua vez, é algo que antecede a compreensão, é um pré-requisito, é preciso tomar conhecimento dos fatos e então, fazer distinções, são antecedentes de uma compreensão preliminar, por outro lado, a compreensão verdadeira, ou melhor, reflexiva, segundo Arendt, é capaz de transcender e fornecer significado ao conhecimento, isto é, aos fatos.

Com isso em mente, a hermenêutica arendtiana possui como “pilares” duas atividades do espírito: pensar e julgar. Segundo Dias, essas atividades possuem papel fundamental na busca por compreensão: “1) ao pensamento e a sua capacidade de atribuir e desvelar o sentido e 2) ao juízo e seu modo de propiciar uma compreensão capaz de nos reconciliar com o mundo” (2019, p. 167). Dessa forma, Arendt em *A condição humana* questiona: “o que estamos fazendo?”, quer dizer, o que estamos fazendo que tornou possível o totalitarismo? Além disso, o que fazer após o colapso moral e político causado por este regime? Parte-se dessas questões que a hermenêutica arendtiana encaminha.

Na abordagem histórica, Arendt busca compreender o totalitarismo apresentando elementos históricos e se valendo de uma narração histórica acerca do regime totalitário. A narrativa é, portanto, o “método” hermenêutico de Arendt, ou seja, a finalidade de Arendt ao

buscar compreender o totalitarismo é, em parte, narrar aquele evento histórico de tal maneira que a compreensão sobre o regime genocida seja capaz não de produzir uma verdade absoluta, mas antes significados que tornem possível a reconciliação com o que aconteceu.

Ao refletir, por exemplo, em *Origens do totalitarismo*, como pôde emergir um novo regime governamental como o totalitário no século XX, Arendt não está buscando encontrar um fundamento científico nem metafísico que nos revele a verdade do evento totalitário, mas busca por uma possibilidade de compreensão do que ele é, daquilo que o constitui enquanto um conjunto de elementos historicamente situados, mas sem sucumbir a uma análise historiograficamente causal (DIAS, 2019, p. 190).

Na perspectiva política, o objetivo de Arendt era caracterizar o evento totalitário a partir da novidade que carregava; por outro lado, na perspectiva histórica, pretendendo tratar o panorama sob a qual aquele regime foi possível surgir: a modernidade.

Em *A condição humana*, Arendt detalha como a era moderna valorizava como proeminente o trabalho que, conseqüentemente, culminou numa ascensão do social. O diagnóstico dela indicava que o social, compreendido por uma ascensão do labor no domínio público, era mais um fenômeno decorrente de uma crise. O conceito de social e/ou sociedade significa para Arendt uma transvaloração do labor, quer dizer, sociedade significava então, a sobreposição do domínio privado ao público. E essa sobreposição, em contrapartida, era o indicativo da alienação e do surgimento da sociedade de massas. A transvaloração do labor ocorreu através da vitória do *animal laborans* sobre o *homo faber*, quando os objetos fabricados perdem o caráter de durabilidade se tornam bens de consumo ou que facilitem a produtividade em larga escala. A produtividade, portanto, desencadeou num crescimento artificial do natural, em um processo de produção abundante devido à natureza cíclica do labor. Resultando na criação de uma esfera social, sobre a qual a atividade do labor é exibida à luz do dia.

Esse é um dos panoramas históricos que Arendt estabelece em *Origens do totalitarismo* e em *A condição humana* que desencadearam o evento histórico moderno: o regime totalitário.

Seu método de compreender o mundo procede, em muitos casos, sob a forma da narração, como o é mais notável em *Origens do totalitarismo*, quando Arendt narra uma certa história do antissemitismo, depois a do imperialismo e, por fim, a da dominação totalitária, tentando entender quais elementos que perpassam esta narração são mantidos para o surgimento do regime totalitário (DIAS, 2019, p. 191).

Na abordagem histórica, encontramos a narrativa, isto é, a narração de Arendt acerca de eventos que desencadearam o regime genocida. O que Dias (2019) nos esclarece é que a narrativa é um procedimento hermenêutico adotado por Arendt. Resta esclarecer qual a relação com a compreensão e reconciliação.

Ao narrar eventos históricos, a exemplo do totalitarismo, possibilita sua compreensão, ou seja, a narrativa da experiência é uma maneira de pensar sobre um evento. Pensar e compreender são atividades que se interligam no pensamento de Hannah Arendt, pois, segundo Dias, “Pensar o evento passa a ser o mote que conduz à compreensão” (2023, p. 158). Ao passo que a compreensão é maneira íntima de “reconciliarmos com o mundo”, conferindo a ele um sentido, para então, nos sentirmos em casa no mundo. Ainda segundo Dias, “a tentativa de compreensão do totalitarismo, antes de tudo, tem a ver com uma forma de reconciliação com o mundo, sem que com isso se busque repetir os antigos paradigmas que deram suporte às estruturas políticas anteriores” (2023, p. 160).

No ensaio *Compreensão e Política*, Arendt se indaga acerca da possibilidade de tomar a compreensão como uma arma contra o totalitarismo, assumindo uma posição contrária ao que era estabelecido pela tradição de pensamento, pois:

Tudo o que sabemos sobre o totalitarismo indica uma terrível originalidade, que nenhum paralelo histórico é capaz de atenuar. Só podemos escapar de seu impacto se optamos por desviar nossa atenção da sua própria natureza, deixando-a fugir para as intermináveis conexões e semelhanças que certos princípios da doutrina totalitária necessariamente apresentam com relação a teorias conhecidas do pensamento ocidental. É impossível ignorar tais semelhanças. Na esfera da teoria pura e dos conceitos isolados, pode ser mesmo que não haja absolutamente nada de novo; tais semelhanças desaparecem por completo, entretanto, tão logo abandonam-se as formulações teóricas e parte-se para aplicação prática. Não é porque alguma “ideia” nova veio ao mundo que a originalidade do totalitarismo é terrível, mas sim porque as próprias ações desse movimento constituem uma ruptura com todas as nossas tradições; elas claramente destruíram as categorias de nosso pensamento político e nossos padrões de juízo moral (ARENDDT, 1993, p. 41).

Apesar de Arendt ser contrária à noção de que a partir da compreensão sobre o totalitarismo podemos lutar contra ele, não quer dizer que não seja uma atividade necessária em face da luta contra este regime, não no sentido de batalha, pelo contrário, é necessária para “conferir-lhe sentido e produzir uma nova desenvoltura no espírito e no coração humanos, uma desenvoltura que provavelmente só será completa depois de vencida a batalha” (ARENDDT, 1993, p. 41-42). Dado que a compreensão é uma atividade interminável e não produz resultados finais, ao conferir-lhe princípios utilitários se assume como uma atividade sob a qual se constroem armas contra o inimigo. Contudo, isso não implica afirmar que não seja uma atividade necessária em face do regime totalitário, “mas à tentativa de não permitir que uma mentalidade totalitária tome de assalto o mundo” (Andrade, 2013, p. 47).

Assim, a perspectiva histórica do totalitarismo no pensamento de Arendt, tem como procedimento metodológico hermenêutico, pois, é a partir da narração da experiência acerca de

um evento, do totalitarismo, que possibilita a sua compreensão. Em contrapartida, a compreensão é a maneira pela qual atribuímos sentido ao evento e por fim “poder se reconciliar com um mundo capaz das imensas atrocidades impetradas no totalitarismo” (Dias, 2023, p. 163).

Referências bibliográficas

- ARENDDT, Hannah. *A Vida do Espírito*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- _____. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2017.
- _____. *Origens do totalitarismo: anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- _____. *A Dignidade da Política*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993.
- _____. *Pensar sem corrimão: compreender 1953-1975*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.
- _____. *Compreender: formação, exílio e totalitarismo (ensaios) 1930-54*. Tradução Denise Bottman; organização, introdução e notas Jerome Kohn – São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- ANDRADE, Flávio. “Narrativa e compreensão nos escritos educacionais de Hannah Arendt”. *Educação em Revista*, v. 29, n. 4, p. 37-68, dez. 2013.
- DIAS, Lucas Barreto. *Os métodos de Hannah Arendt [manuscrito]: uma moldura a partir da fenomenologia, da filosofia da existência e da hermenêutica*. 2019. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Minas Gerais, 2019.
- _____. “Cristalização e desnaturalização do totalitarismo em Hannah Arendt: a hermenêutica como método para o pensamento político”. *KRITERION*, Belo Horizonte, nº 154, abr./2023, p. 147-166. DOI: <https://doi.org/10.1590/0100-512x2023n154071bd>
- HAYDEN, Patrick. *Hannah Arendt: conceitos fundamentais*. Editado por Patrick Hayden; tradução de José Maria Gomes de Souza Neto. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020.
- JARDIM, Eduardo. *Hannah Arendt: pensadora da crise e de um novo início*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

VASTERLING, Veronica. *Hermenêutica política: a contribuição de Hannah Arendt à hermenêutica filosófica*. *Argumentos – Revista de Filosofia/UFC*, Fortaleza, Ano 12, Nr. 24, julho dezembro 2020. DOI: <https://doi.org/10.36517/Argumentos.24.15>